



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004407-61.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça**  
 Requerente: **Celso Ferreira Coelho e outros**  
 Requerido: **José Roberto**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Celso Ferreira Coelho e outros (emenda de fls. 20/23 e 39/40) moveram ação de reintegração de posse em face de José Roberto, sustentando que em 26/07/2012 tornaram-se proprietários de um imóvel matriculado sob o nº 76095. Ocorre que em meados de setembro de 2013 o réu, vizinho do imóvel, fechou a sua entrada com uma espécie de "muro de lata", impossibilitando a entrada dos proprietários.

Houve citação (fl. 61), não sendo apresentada contestação (fl. 62).

É o relatório.

Decido.

Pertinente o julgamento no estado, quer pelo requerimento dos autores (fl. 65), quer pela revelia do réu, bem como pela desnecessidade de novas provas além das documentais, juntadas.

Os documentos de fls. 10/16 evidenciam serem os autores titulares do domínio do imóvel e, assim, como conseqüência também devem possuir a posse, tolhida indevidamente pelo réu como se percebe pelas fotos de fl. 16.

Dessa forma, para que se garanta o direito dos autores, a procedência é medida que se impõe, devendo o réu ser retirado do local, com os pertences que ali se encontram.

Não há conclusão outra em virtude do que consta dos autos, inclusive pela inércia do réu.

Assim, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado e, em consequência, determino a imediata saída do réu do imóvel dos autores, tendo o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

prazo de 10 dias de sua cientificação, para fazê-lo espontaneamente ou, do contrário, fica deferida a expedição de mandado com acompanhamento policial.

Fica deferida, neste ato, antecipação de tutela para o cumprimento *incontinenti* da determinação.

Condeno o requerido no pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios fixados em R\$700,00, na forma do artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil.

PRIC

São Carlos, 05 de janeiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**